

# OS PROPÓSITOS DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Nilson Santos  
Departamento de Educação UFRO

---

## RESUMO:

Este artigo realiza uma reflexão sobre os propósitos da conservação ambiental, levando-se em consideração as distorções decorrentes do modo-de-produção capitalista, que a tudo transforma em mercadoria. Interessa-nos, neste artigo, discutir a interferência dos interesses capitalistas nas questões ambientais e, mais particularmente, na política de preservação da Amazônia.

## PALAVRAS-CHAVE:

conservação ambiental – Amazônia – produção do capital

## RÉSUMÉ:

Il s'agit ici de mettre en relief la question de la conservation ambientale, on prend en compte les distorsions provenant du capitalisme qui transforme tout en marchandise. Le but de cet article est débattre le résultat du mode de production capitaliste, en ce qui concerne aux questions environnementales et, plus particulièrement à la politique de préservation de l'Amazonie.

## MOTS-CLÉS:

conservation ambientale – Amazonie – production du capital

---

Afim de entendermos o tema proposto, envolvendo a conservação do meio ambiente e as saídas para a criação ou a preservação de reservas, faz-se necessário aceitar o desafio de duas perguntas: Conservar o quê? E reservas de quê?

Se pensarmos na práxis social que nos envolve, em torno da qual são estabelecidas as redes de significados, a produção material e existencial que assumimos como real, e de onde elas encerram em cada um de nós os códigos de compreensão acerca do que somos e como procedemos no mundo, fica

evidente que pretendemos conservação de capital e reservas de mercadoria.

Por uma série de análises que costumamos realizar, ou ler dos *cientistas engajados*, há uma percepção crítica apostando que, se nada for redefinido enquanto forças sócio-político-econômicas, o destino da Amazônia, nova fronteira de acumulação primitiva, será semelhante aos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, fronteiras anteriores do capital. É claro que isto depende de uma conjuntura que permaneceria inalterada.

Desta forma, como temos não só um tempo cronológico diferente, mas sociológica e economicamente distintos, isto implica que recentemente desenvolvemos práticas ambientais *mais adequadas*, com instrumentos de produção tecnologicamente melhores, além da existência de forças políticas ligeiramente diferenciadas. Conquistarmos uma consciência ecológica que tem deixado de ser simplista, e tem alcançado parcelas importantes da sociedade, ao ponto de estabelecer círculos de influências mundializados, fazendo com que determinadas bandeiras ecológicas internacionais sejam desfraldadas em favor de comunidades de locais no interior da Amazônia. Vários grupos que se sensibilizam, ou recebem financiamentos de grupos ecológicos internacionais - influenciados até por idéias que circulam no âmbito local -, acabam por influenciar o discurso ambientalista fora do país. Afinal, as mercadorias dão o caráter mundial ao capital, organizando e alinhando não somente as relações não capitalistas de produção, mas fundamentalmente realizando suas pretensões hegemônicas enquanto produtor da realidade; nivelando as discussões e as relações conceituais; padronizando o tecido de sua significação; produzindo a sensação de cooperação e identidade entre o seringueiro, o consumidor de *produtos naturais da floresta*, e a vasta gama de intermediários.

O Banco Mundial não tem a menor preocupação com os verdadeiros impactos ambientais na Amazônia, decorrentes de seus financiamentos, a menos que eles atinjam a opinião pública norte-americana. Afinal, o governo dos Estados Unidos não pretende colocar seu prestígio em cheque por causa de algumas trapalhadas cometidas. O fluxo de recursos entre o governo e o banco tem um papel importante a cumprir. Nenhum governante ou cidadão sabe ao certo onde fica a Amazônia, ou mesmo Rondônia, mas a imagem construída através de ajuda para projetos de desenvolvimento auto-sustentável em regiões como a Amazônia, sem causar prejuízo ao meio ambiente, conserva os diretores do banco em seus cargos, o governo agradece e o cidadão americano dor-

me tranqüilo. Embora o Banco Mundial tenha publicado uma nota recente nos principais jornais do mundo, desculpando-se do prejuízo ambiental causado pelo financiamento do POLONOROESTE para Rondônia, cinco anos mais tarde financiou para a mesma região o dobro de recursos com os mesmos propósitos.

Assim, há certa suspeita de que o futuro possa ser diferente.

Porém, algo de fundamental não vai mudar: a presença do capital. Não só como recurso financeiro, mas como mentalidade, como produtor de um tipo de realidade ficcional-produtiva, de onde partem outras relações com outros desdobramentos, que por sua vez garantem identidade e perenidade à ação do homem, a partir de um modo de produção material e existencial, fazendo com que este tenha uma adesão inconsciente e incondicional ao capital, como fé cega e inescapável.

Dentro desta perspectiva, o destino de todos está traçado, a lógica da mercadoria não é ameaçada, passa a ter subconfigurações próprias, respostas muito particulares, miscigenações de ordem econômica onde entram componentes da realidade local, dando ao capital um ar *caseiro*. Se não funcionamos como os grandes centros nervosos do capital financeiro, ao menos o realizamos segundo a disposição possível, não como contradição da produção, mas como imagem deformada pela distância, onde o tempo e a presença cada vez mais onisciente do capital repara os desvios. Mas só isto não encerra o problema, uma vez que as virtualidades criadas pelo capital são fortalecidas. Se os recursos financeiros se acomodam às peculiaridades locais, o capital como mentalidade, formatador da consciência, realiza a fagocitose, destruindo qualquer realidade que não consiga ser por ela decodificada.

Desta feita, o processo de objetivação se mantém, a lógica da mercadoria permanece intacta. Não deixamos de olhar para a floresta, como objeto do mercado, para o seringueiro e para o índio senão como produtores de mercadoria, ou como o próprio objeto de consumo. A produção avança para as no-

vas mercadorias, objetivando-as e embalando-as para ocuparem as vitrines do *Shopping Center*. O produto pode ser a madeira, fruto da devastação; ou o couro vegetal, invenção pequeno burguesa para evidenciar sua consciência ecológica; ou mais recentemente o ecoturismo, cujo resultado do fetiche do olhar da mercadoria acaba sendo tão devastador quanto as grandes queimadas, pois não produzem novas realidades, antes plenificam o olhar da mercadoria sobre a floresta. O caráter exótico da mata, da cachoeira, da árvore, do índio - o bom selvagem - completam o quadro romantizado. Todos querem trazer para suas casas fotos de botos cor-de-rosa, saltando no rio ao cair da tarde, ou da casinha isolada no barranco do rio, preferencialmente com o turista abraçado ao matuto, evidenciando a união universal entre o produtor e o consumidor da mercadoria. Variam-se as políticas de ocupação e produção, preferencialmente com tempero ecológico, criando a boa sensação de que agora será diferente, mais racional e humano. E realmente o será.

Será mais racional, porque obedece fielmente à racionalidade produtiva do capital - uma vez que nada escapa ao olhar mercantil. E será mais humano, porque cada um de nós - devidamente apascentado pelo caráter objetificador da nossa práxis social - se sente desprovido de vontade e poder para dissolver o real instaurado pelo capital, contentando-se com os apelos *politicamente corretos* e códigos de defesa do consumidor como sinônimos de humanização do mundo, em nada capazes de dissolver as positividades do capital.

As sensações de mudanças não ultrapassam a orla da mercadoria. A partir da nossa realidade, concebemos que toda produção, quer simbólica, quer material, é universal e natural a todos. É parte da nossa práxis social pressupor que todos olham e captam as mesmas coisas pois, até os órgãos do sentido acabam sendo tomados como naturais, apreendendo não só as mesmas imagens, como as mesmas representações.

Mas a produção da realidade não depende do voluntarismo individual. Da atitude isolada, crítica e consciente, podemos encontrar a vontade de dissolver os pressupostos existentes. E isto é possível. Pela força da singularidade encontrarmos interioridades capazes de estabelecer novas redes simbólicas, mas não toda a práxis social. Afinal, Robinson Crusoe não passa de exercício de literatura, como sendo produtor individual e solitário de realidades. Ele é antes de mais nada a expressão de seu tempo, a extensão dos olhos e do fazer de sua sociedade.

A realidade do trabalho e sua metafísica não podem então gerar a contradição. Do seio da classe trabalhadora, que não exclui os teóricos do meio ambiente, não se pode pretender a revolução, pois a antinomia do trabalho pode até gerar formas de *anti-trabalho*, porém mantém sua positividade como categoria necessária. A crença de sua imprescindibilidade e universalidade conseguem até operacionalizar alguns elementos de gênese do esgotamento do sistema de categorias do capital, mas não a negatividade que o dissolve como mitologia. O meio ambiente antes de se opor ou incrementar as contradições do capital, manifesta-se como mediação dele, garantindo sua positividade e prosperidade. A moldura do quadro permanece, a sua lógica não se abala, antes sai fortalecida prolongando suas mazelas e colapsos.

Se diferentes modos de produção produzem diferentes realidades - nossas vivências e reflexões são produtos que reconhecemos -, então podemos ter margens para outro tipo de estruturalismo, o que repousa na produção material como determinismo.

Esta produção material consegue contribuir e, em algumas circunstâncias caracteriza o modo de ser e reconhecer do homem, mas as redes simbólicas que preenchem a consciência também lhe determinam. As condições materiais e reais admitidas limitam o fazer e o pensar, mas as vivências e as relações decorrentes, o ato de reconhecer o outro e por conseguinte o processo de instauração de si mesmo, que garantem ao homem identidade e alteridade, também se constituem diferentemente por causa das

estruturas simbólicas, que por sua vez condicionam o fazer.

Nossa certeza quanto à existência do mundo, mesmo de olhos fechados, depende, antes de mais nada, da estrutura simbólica de verdades que ela constitua. É esta rede simbólica que alimenta uma dada construção do real, fazendo com que ela estabeleça a nova identidade do real, produzindo virtualidades compatíveis com a práxis social, redefinindo os códigos, as coisas, seu lugar, o modo e a função de sua existência. Logo, este tecido virtual constrói o real, que determinará a consciência e o fazer.

Temas como conservação ambiental não perpassam as diversas práxis sociais, mas pertencem ao mundo ocidental, mais especificamente ao burguês das últimas décadas. O olhar para a floresta, e o resultado disto, modificaram significativamente a concepção de floresta que temos, principalmente nos últimos 30 anos. O universo - só neste século! - transformou-se várias vezes. Na década de 60, havia a suspeita da existência de vários universos dentro de um universo. Estas faces distintas não representam alargamento dos horizontes pelo cogito pois, simplesmente nada disto existiria se o homem não lhe impusse sentido e significado. As dimensões se desdobram não por causa do existir fora do homem, mas devido à condição humana que é polifônica, multiforme e criativa, cujas *dobras demiúrgicas* revelam sempre a riqueza de dentro. Relacionamo-nos com grandes realidades ficcionais, humanas e vivas. Verdadeiras, porque produto da criação humana - mas nunca universais ou pré-existentes -, são desprovidas da continuidade para além de sua própria práxis social a não ser que o homem assim imprima.

Não é sem motivos que a tentativa de identificar nas diversas comunidades indígenas existentes na Amazônia, elementos culturais ou práticas de consciência ecológica ou preservacionista, não passa de atitude ingênua e etnocêntrica, pois leva conceitos e preocupações tipicamente ocidentais, deste final de século, para fora da nossa práxis social que produziu e reconhece estes códigos. Representa o mes-

mo que identificar em nossos antepassados a descoberta do fogo como passo inicial para a realização de viagens espaciais. Por trás deste estruturalismo jaz uma práxis social que é eminentemente etnocida, pois o capital nasceu católico, ou seja, universal, com a missão de render as formas *primitivas e selvagens*, prometendo redimir o homem das indignidades de formas não capitalistas de produção.

Se seu olhar como consciência e atitude se diferem, se o conteúdo dos conceitos se diferenciam e até mesmo sua existência como ser fica comprometida, faz-se necessário interpretar e não revelar as realidades criadas pelo homem. Não podemos falar em realidade única, que seja universal, onisciente, e anterior a qualquer homem individualmente ou culturalmente; não há atitude conservacionista a se pensar e a se constituir senão dentro da nossa práxis social.

Erroneamente nos apropriamos do código de interpretação de mundo, do problema eminentemente urbano, burguês, capitalista e o inserimos dentro do universo constitutivo do seringueiro. Olhamos para ele e vemos se ele age como nós, não permitimos que ele diga se reage, ou se reconhece nossos parâmetros. Temos a Garantia de que o mercado veicula e organiza toda forma de produção, tornando-nos abstratos produtores e consumidores, iguais e integrados ao capital, o que não causa nenhum constrangimento em encarar qualquer um como sujeito monetarizado (com ou sem dinheiro).

Disto é possível concluir que a preocupação com a conservação, o olhar para o meio ambiente, olhar para essa paisagem que nós chamamos de unidade de conservação, são típicas do homem ocidental, tipicamente burguês, tipicamente capitalista. Se as verdades constituídas dentro desta realidade acabam se diferenciando, podemos afirmar que a natureza, até mesmo no interior da nossa práxis social, como nós a concebemos, não é a mesma, nenhuma outra cultura enxerga na natureza possibilidades econômicas para ela, ou o desejo de privatizá-la nem os gregos, ou o servo de gleba. Esta é uma realidade destes últimos três séculos.

Se a realidade da nossa práxis social vê a tudo como mercadoria, só existe uma alternativa para isso tudo, é a de identificar outra práxis social que destrua esse tipo de realidade que nós constituímos. Se quisermos deixar de encarar o mundo de fora como aquele que pode ser modificado destrutivamente pela ação do homem e transformado em mercadoria, não podemos esperar que de dentro dessa mesma práxis social haja meios de perceber a natureza de forma diferente; não é possível compreender reserva, ou unidades de conservação, senão como unidades de conservação do capital, unidades de reserva de capital, mercadorias, portanto. Se não atingirmos o coração da práxis social, conseguiremos quando muito reformar o capital ou minimizar seus efeitos.

De nada adiantam as atitudes positivas para com algumas categorias do capital e negativas com outras. Combater a mais-valia e o caráter fetichista da mercadoria, mantendo a produção industrial ou o Estado, implica em perda de tempo. O estranhamento radical e a criticidade ácida não podem ser seletivos, devem sempre buscar o núcleo da mitologia do capital.

Assim, as tentativas de pensar unidade de conservação, reservas, áreas de preservação ambiental ou algo similar, como forma de garantir melhor qualidade de vida para as gerações futuras, partem de dois tipos básicos de intelectuais.

O primeiro deles é o intelectual ingênuo, filosoficamente infantil, voluntarista, que acredita na conversão e na ação de cada um; pela conscientização, pelo convencimento através de mecanismos de conquista da hegemonia e crê ser possível preservar a natureza e melhorar a condição de vida da humanidade. Esse tipo de ingenuidade dificulta o entendimento e a compreensão de que se é prisioneiro da dada práxis social na qual os propósitos do capital estão em cada um, pois *invocado ou não o capital se fará presente*, se me permitem o trocadilho. Preservar o meio ambiente hoje, para que mais adiante ele seja produtivo e lucrativo, para que a fonte de

recursos não se esgote imediatamente ou seja perdida.

Esta mentalidade é inescapável, pois divide os cientistas que passam a ver o mundo a partir do orifício do método científico de que dispõe. Ou seja, eles são dirigidos pelo positivismo sociológico, que produz o horror ao diálogo fora do domínio das especializações de cada um, tornando-nos vítimas frágeis da esfinge que devora a todos, uma vez que cada um possui apenas algumas peças do quebra-cabeça. Cremos que da bem comportada ciência da qual somos devedores e estudiosos, encontraremos saídas miraculosas, como se a cria pudesse se rebelar e destruir seu criador, afinal, se cada um cumprir bem seu papel social, quem ganha não é a abstrata sociedade, mas o concreto mundo da produção da mercadoria e o código de defesa do consumidor.

O segundo tipo de intelectual, o competente, é aquele que acredita cegamente no poder salvífico das instituições da nossa práxis social, sendo tão pernicioso quanto o primeiro. É o intelectual incapaz de dissolver mundos, é aquele que pela força centrípeta da realidade e do capital -,acaba por aderir a ele. Teoricamente inútil, só produz o Relatório de Impacto Ambiental, um tipo de conhecimento científico que antes de mais nada se presta ao capital, rende-se a ele, assumindo o papel de seu fiel escudeiro. Produz a ciência útil (ao capital, é claro!), escondendo-se atrás dos *interesses sociais* (tão abstratos e descharacterizados que padecem de substancialidade), gerando o discurso ético-engajado e afirmando a necessidade do conhecimento científico como expressão de compromisso social. Tudo pelo social!

A sensação de que é possível ter o capital humanizado, presente tanto nos intelectuais ingênuos quanto nos incapazes, coloca-nos diante do papel patético de Quixotes; acabamos criando o discurso de que é possível ter esperanças na humanização, onde a justiça e o bom senso prevaleçam, enevoando a certeza de que não existem opções mais ou menos éticas para o capital.

Ele, o capital, não age com a força ou a voracidade que tem porque deseja ser mais ou menos injusto; porque quer ser mais ético ou não, ou mais estético, talvez. O problema está na realização do capital, olhamos para fora, para a natureza, para o outro e só vemos mercadoria, essa é a nossa realidade, porque é a realidade do capital. Logo, se existem deformações, elas estão no capital, ou seja, em cada um de nós, não podendo ser remediadas com políticas públicas, ou corrigidas com governos democráticos e sensíveis à problemática social. Este é um problema intrínseco do próprio capital, é a deformação da nossa própria práxis social. Nós somos a deformação.

A saída não é representada pela preocupação com a preservação na melhora ou na operacionalização, mas está em destruir a nossa realidade, a forma com a qual a constituímos *locus* de onde partem e multiplicam as dobras deste real.

O seringueiro ao dizer que entende como natureza a terra, a água e o ar, que é onde moram todos os seres vivos, o homem e os bichos; que da mesma forma como os homens tem o direito à vida, os bichos também o têm etc., não significa necessariamente que esta manifestação apareça como forma de consciência ecológica. O que temos são códigos diferenciados para estabelecer e constituir à realidade extensos ou restritos códigos distintos de instituição do mundo, e conceituação de rede de significação; isso não quer dizer que a concepção do seringueiro seja ecologicamente correta, mas aponta para códigos diferentes de mundo e, por decorrência, procedimentos distintos.

Essas redes de sentido são tão distintas que acabam por constituir mundos diferentes. Porém, como vivemos sob a sensação globalizante da nossa cultura, como acreditamos que todos os conceitos, todas as idéias, todas as ciências, todos os elementos e todos os objetos são universais e que todos enxergam da mesma forma, acabamos por considerar que seringueiros, índios ou egípcios, vêm como nós, ou que apenas denominam diferentemente as mesmas coisas. O conteúdo do conceito se altera, mas seu

correspondente na natureza existe para qualquer cultura, logo, é possível identificar no outro parâmetros passíveis de serem comparados e hierarquizados, estabelecendo até mesmo a evolução histórica de determinada idéia ou prática.

O seringueiro, que ao conceber o rio que passa defronte à sua morada, como morada da Cobra Grande, dando origem à vida e também a tomando de volta, não pode ter a mesma dimensão e compreensão de realidade que temos.

Se existem outras realidades, devem haver outros códigos de mundo que sejam menos perniciosos, que sejam mais éticos, esteticamente melhores e mais instigadores que o nosso. Portanto, ao invés de buscarmos unidades de conservação, deveríamos buscar outras formas de representação.

Não sejamos filosoficamente infantis, nem teoricamente inúteis, pois os propósitos da conservação ambiental são antes de mais nada propósitos do capital; são antes de mais nada tentativas de conservação do capital, mesmo as mais bem intencionadas atitudes de militantes e ecologistas. Antes da busca de uma representação de mundo mais justo, eles acabam por revelar a busca pelo capitalismo menos injusto (se é que esta discussão passa fundamentalmente pelo plano moral). A idéia de uso sustentável nada mais significa que a idéia de mercadoria preservada. Temos que estabelecer a busca de códigos diferentes que possibilitem a constituição de códigos interpretativos capazes de destruir o próprio capital e a nós mesmos como seus produtores-guardiães. E é ele quem destrói o mundo, é ele quem destrói o homem. Se existe um tipo de práxis social que não tem o homem como meio e como fim, inexoravelmente leva-o à destruição, pois ele se torna mero detalhe. O tipo de práxis social que vivenciamos, o modo de conceber as coisas através da idéia de mercadoria, se substancia na idéia de capital. Isso sim destrói, mas este tipo de representação não destrói só a natureza, destrói o homem, fisicamente; destrói o homem na possibilidade, na capacidade que ele tem de sonhar, de criar, de imaginar e instituir reali-

dades, de olhar para a lua e de deixar de encará-la como se fosse um corpo celeste.

Nesse sentido, a poesia contribui por tornar evidente as outras dobras do origame, capazes de provocar no homem sempre novas interpretações. Não se trata de ressuscitar o Bom Selvagem, mas o Bom Guerrilheiro, que se ocupe da destruição do ca-

pital e, se necessário, de si mesmo como parte do imaginário do capital. Afinal, criar o que ainda não existe, deve ser a pretensão de todo homem que ainda está vivo. Afim de não nos iludirmos inutilmente, é imperiosa a pergunta:

*Quae utilitas in sanguine meo?*

Para que servirá meu sangue?

### Bibliografia

- ADORNO, Theodor. & HORKEHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Geografia Econômica*. São Paulo: Atlas, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) Caminhos do Meio Ambiente*. 5. ed., Contexto, 1996.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997
- DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.
- GEORGE, Pierre. *A Ação do Homem*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. sd.
- ISNARD, H. *O Espaço Geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva S. A., 1997
- LABASSE, Jean. *La organización del Espacio*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987.
- LOWI, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchausen*. 2. ed. São Paulo: Busca Vida.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- VAZQUEZ, Adolfo Sanches. *Filosofia da práxis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

